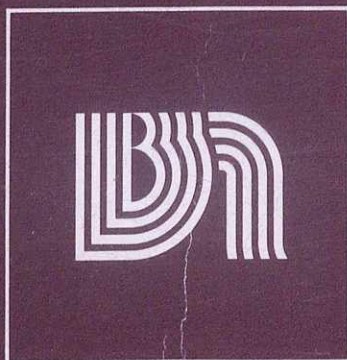


REVISTA DA BIBLIOTECA NACIONAL

SÉRIE 2 • VOL. 1 • Nºs 1-2 • JANº - DEZEMBRO 1986



JAIME CORTESÃO e RAUL PROENÇA: 30 ANOS DE CONVÍVIO EPISTOLAR

por António Braz de Oliveira

1911, Fevereiro, 6: «*Abro hoje a República, passeio os olhos enjoados por aquela prosa de meia-tijela e de súbito, quando, em repulsas de estômago ia arrojar de mim o estupor da gazeta, dou com esta coisa sublime: O Sr. Raul Sangreman Proença foi nomeado 2.º conservador da Biblioteca... Foi uma grande alegria, palavra! Dê cá um abraço, Homem!*»¹

É já o tom coloquial, de «meu querido amigo», de «apertado e jubiloso abraço do seu Jaime Cortesão», que caracteriza a primeira carta conhecida do poeta da *Morte da Águia* ao poeta dos *Sinos*. Encontravam-se, então, tributários de boa parte do pensamento republicano de Bernardino Machado e Teófilo Braga e prosélitos do regime saído do 5 de Outubro. Duas circunstâncias tê-los-ão aproximado, pela primeira vez, meses antes: A pré-República, que os havia mobilizado na sua propaganda revolucionária, e a que ficaram devendo a respectiva iniciação na causa pública, e o aparecimento, no Porto, da revista ilustrada de literatura e crítica, *A Águia* (1.ª série). Duas circunstâncias, essas, que representam outras tantas coordenadas do perene convívio intelectual dos dois escritores: a intervenção cívica (e/ou política) e a intervenção cultural.

Se quiséssemos alinhar em três grandes ciclos a correspondência trocada (e conhecida), fa-lo-íamos sob o signo dos mo(vi)mentos que melhor simbolizaram tais *pré-ocupações* de intervenção: A *Renascença Portuguesa*, logo em 1911 e até 1919; a Biblioteca Nacional e a *Seara Nova*, entre 1919 e 1926; a Oposição à ditadura militar e o Exílio, por fim, desde aquela data até 1940. Para cada um destes ciclos encontramos 21 cartas de Cortesão e 11 Proença; 44 e 5; 14 e 2, respectivamente.² O desequilíbrio é patente. Num total de 97 missivas; Raul Proença aparece como destinatário privilegiado (79 cartas), posição que o poeta de Ançã detém apenas em momentos decisivos. Vejamos como e porquê.

SOB O SIGNO DA «RENASCENÇA PORTUGUESA»



Tome-se o primeiro ciclo. 21 cartas de Cortesão a Proença e 11 deste àquele formam o conjunto. Salvaguardando os textos que se referem a passos, aliás numerosos e importantes, da vida privada de um e outro, uma boa fatia da génese da *Renascença Portuguesa* está ali contada. Mais que isso, revelam Raul Proença como o mais dedicado «renascente» lisboeta, detalhando ao sócio n.º 1 da associação portuense as dificuldades encontradas no erguer do comité da capital.

Tudo havia começado com a carta «genesíaca», hoje publicada na íntegra,³ de Jaime Cortesão a Raul Proença, datada de Julho de 1911:

«Sinto um pouco as ideias em catadupa e como não sou um metódico, não repare Você na maneira desalinhada como esta carta vai ser escrita. Lembra-se que nos poucos momentos que estivemos juntos lhe falei de um projecto de Associação a realizar. Como me constituí em profeta dessa ideia, dirijo-me desde já a si, porque me parece a criatura mais competente para vencer a primeira dificuldade dessa empresa [...]. Por isso vou entregar nas suas mãos a ideia em bruto como um diamante que é necessário lapidar. Lembra-se: falei-lhe da necessidade de fundar uma Associação dos artistas e intelectuais portugueses com o fim principal de exercer a sua acção, isenta de facciosismos políticos dentro da actual sociedade. Acção social orientadora e educativa num meio como o nosso, onde não há grandes ideias, nem grandes homens que se imponham. Você sabe: são os burros que triunfam e portanto a burrice também. [...].»

Não se encontra a resposta de Raul Proença. Mas a adesão foi decerto leal e imediata, ainda que, porventura, reticente. O certo é que, a 10 de Agosto daquele ano Cortesão volta a escrever a Proença agradecendo já o empenho, «ainda que não seja em tudo da sua opinião»⁴, e marcando reunião preparatória para Coimbra. Esta realizar-se-á a 27 de Agosto, sem a presença de qualquer convidado do Sul. Dias antes, a 22, apontava Cortesão os próceres do projecto: «Pascoais, A. Pinto, Leonardo e Cristiano que vêm de cima com certeza. Daí o Af. Lopes Vieira, o Lopes de Oliveira, o João de Barros e o

João de Deus. Estes últimos vêm com certeza, os outros dois, ainda não responderam.»⁵

Ausente ainda o nome de António Sérgio, a quem se refere, pela primeira vez, o 2.º conservador da Biblioteca Nacional em duas cartas a Cortesão, datáveis também do ano de 1911. Tais cartas, que revelam de modo inequívoco Proença como o mais dedicado dos «renascentes» do Sul — e talvez mesmo o único sincero impulsor do comité de Lisboa — merecem especial destaque, trazendo luz nova sobre as discussões preliminares da «Renascença Portuguesa».

A primeira responde aos insistentes bilhetes de Cortesão clamando por novas relativas à organização do comité lisboeta. Pelo menos a 1 e a 23 de Setembro, alinhou o jovem clínico de Coimbra tais clamores, de par com o crescendo de entusiasmo pelas iniciativas que, no Norte, iam dando corpo ao projecto: «Lamento profundamente que o meu Amigo não pudesse vir a Coimbra. [...] A reunião deu-se ainda que daí ninguém viesse. Fez-se um projecto de estatutos de que lhe envio um exemplar, para ser discutido e depois publicado segundo as emendas e aditamentos que forem apresentados. [...] quanto ao programa, como era natural, foi encarregado de o elaborar um dos que assistiram à reunião. Foi escolhido para isso o Pascoais, que fará um projecto de programa para em seguida ser discutido também.» (1 de Setembro). «Entendo que há todo o interesse em que se faça o que o meu Amigo quer fazer no seu artigo, mas receio que para nós seja demasiado cedo. Não seria mais conveniente segurarmo-nos primeiro? Veja bem. Necessitamos de tacto. Não nos precipitemos. (23 de Setembro). Nos dois casos termina com impaciência: «Que diz? Escreva. Escreva e dê-me novidades.»⁶ Adiante veremos como entender as cautelas de que Cortesão pretendia rodear-se quanto ao programa do movimento, cautelas de que o último passo transcrito se faz eco. Por ora interessa revelar — o que só agora sucede — a disposição, e disponibilidade, do exímio «panfletário» do Sul na construção da «Renascença». Eis alguns passos da primeira daquelas cartas-resposta:

«Recebi o seu postal, que vem furo, sem razão alguma, porque se alguém se tem sacrificado aqui pela «Renascença» sou eu, e reconheci tão bem que esse sacrificio e todos os mais que puder fazer são inúteis, que vou renunciar a esse papel.

Você sabe que estou em situação difficilima [...] Mas desde que anuí, entendi que era do meu mais estrito dever, do meu mais sagrado dever, comparecer a todas as reuniões que se fizessem e realizar tudo o que me fosse determinado. Poucos nomes indicados na Reunião para membros do comité satisfizeram. Vi logo a débacle. Na 1.ª reunião apareceram 8; na 2.ª, 7; na 3.ª, 6; na 4.ª, 5; na 5.ª, 4; na 6.ª, três. É uma progressão decrescente nítida; não há um único ponto de inflexão.

Na última reunião fui eu, o Sérgio e o Lopes. O Magalhães estava de cama. No domingo chovia imenso; eu estava constipado, mas não quis deixar de vir, porque entendia que era um dever sagrado vir. Mas os outros é o que vê. No domingo vou convocar mais uma reunião: se não aparecerem, será a última a que assistirei [...] ⁷

Escrita seguramente depois de 17 de Setembro, embora não datada, a carta atinge um tom de completo desalento, para terminar com este significativo desabafo: «Português, imbecil ou vadio. E já é bastante sorte escapar a qualquer dos destinos, ficando só com o outro.» A tensão, porém, dissipar-se-ia, em face da discussão do programa do movimento. Na segunda carta, Proença, mantendo embora a sua perplexidade face à «dormência» de certos «renascentes» do Sul, discute já pontos de «doutrina», agora secundado por António Sérgio e, porventura, Câmara Reis, José Magalhães e João de Barros:

«A Renascença vai por diante. Começarão dentro em pouco as lições da «Universidade Livre». Isto, para o nosso caso, vale imenso. Tem-se pensado e trabalhado. Não julgamos de uma urgência absoluta a publicação da «Águia», mas é quando daí quiserem. A respeito do título, havia efectivamente toda a conveniência em mudá-lo para *Renascença*, e era bom transigirem daí, porque é do nosso lado que está a razão. A «Águia» servia magnificamente para título duma revista literária, exclusivamente literária, de gente moça, exclusivamente moça. Serviu pois magnificamente à nossa revista. Mas o caso é já outro. Trata-se de uma revista geral, que com o título «Águia» veria falsificados os seus intuitos, e duma revista em que os competentes encanecidos da nossa terra têm também entrada. Já vê... Enfim nós não faremos questão «internacional» do caso, e se daí ligarem ao antigo título uma importância absoluta, nós acederemos [...]

Do comité apenas mostraram até hoje que se importavam com isto os seguintes cavalheiros: José de Magalhães, António Sérgio, Lopes, Câmara Reis, João de Barros, Raul Proença [...] Nós estamos na intenção de perguntar aos restantes cavalheiros se têm tenção de se importar alguma coisa com isto para que, se a sua resposta for aquela que o seu procedimento dá o direito de esperar, imediatamente os substituamos por outros mais escrupulosos [...] ⁸»

Vale a pena tentar compreender algumas das entrelinhas. Na reunião preparatória de Coimbra, a 27 de Agosto de 1911, havia pontificado o *génio saudosista* do Norte, Pascoais à cabeça, definindo o movimento «para dentro». A Renascença novi-romântica retomava certos valores da tradição «lusíada», para relançar a «alma portuguesa» e «combater as influências estrangeiras de

natureza política, artística, literária e sobretudo religiosa». Assim rezava o Programa de que o poeta de Amarante havia ficado incumbido de redigir «para em seguida ser discutido.»⁹ A 17 de Setembro, na reunião de Lisboa, o *génio racionalista* do Sul — como lhe chamará mais tarde A. Sérgio —, Proença à cabeça, tentará definir o movimento «para fora». Uma Renascença europeizante, pretendia acertar o passo com o mundo moderno, «fazê-la [a sociedade portuguesa] interessar pelo que interessa os homens lá fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual...»

O programa do Sul não poupava mesmo — daí as cautelas de Cortesão — uma referência velada ao onirismo pascoalino: «Como estremunhados, pensamos ideias que não são *para* o nosso tempo, continuamos num sonho distante, estranhos à actividade, estranhos ao pensamento moderno.»¹⁰ É muito significativa a expressão empregada por Raul Proença num passo da carta acima transcrita, quanto a transigir sobre o nome do órgão teórico do movimento: «Enfim nós não faremos questão «internacional» do caso...» Irónica, decerto, mas certa, essa adjectivação do dissídio. Proença, primeiro, Sérgio, depois, e com maior veemência, desnudavam o nacionalismo de Pascoais, arremetendo contra o seu decantado saudosismo, que lhes parecia retirar qualquer esperança de compassar a sociedade portuguesa pelo espírito científico que soprava além fronteiras.

Uma iniciativa concreta ia, não obstante, surgir dos esforços de alguns «renascentes» lisboetas: A Universidade Livre, que no ponto de vista expresso por Proença, «valia imenso». Sabe-se que tal iniciativa não foi, depois, reivindicada pela Renascença Portuguesa, embora tenha logrado sobreviver às congéneres do Norte. O certo é que o comité de Lisboa a breve trecho soçobriaria sob o peso da dissidência do seu mais insigne propulsor.

1912, Setembro, 13: «Snr. Boavida Portugal: [...] O autor destas linhas fez parte da Renascença Portuguesa, foi mesmo um dos seus fundadores; e como os intuitos dela têm sido deturpados, acho conveniente revelar ao público quais foram as ideias que logo após a República fizeram reunir alguns homens novos, muitos dos quais dos mais distintos nas nossas letras, para iniciarem um movimento de educação nacional.»¹¹ Fala já o Proença dissidente, a menos de um ano de distância daquelas cartas a Cortesão, para citar, do seu próprio manifesto (aliás nunca distribuído), as linhas de força por que havia propugnado.

O ciclo de correspondência que gira em torno da Renascença Portuguesa, não se encerra, porém, aqui. Proença continuará assinante e episódico colaborador da *Águia* até 1917, Cortesão até 1920. Um número considerável de cartas mantém viva a estima e admiração dos dois homens de letras, acima de tudo dois infatigáveis obreiros do ideal democrático de intervenção cívica. E nem tudo correu sempre sobre rodas. Uma carta de Cortesão, datável ainda de 1913, dá conta de arrufos recíprocos, António Sérgio de permeio: «Falando eu ao

Álvaro Pinto dos meus defeitos (olhe que já é um poeta a falar dos seus defeitos) dizia que um deles (!!!) consistia na minha falta de método, o que me obrigava a verdadeiros crimes em questão de correspondência. E disse-lhe como sentia vergonha por não ter ainda respondido ao António Sérgio que me pedira para lhe dizer... E disse-me o Álvaro Pinto que o Raul Proença atribuía isso à minha vaidade e sobranceira. Fiquei boquiaberto e mais que isso sinceramente ofendido»¹² A questão terá ficado por ali, com as explicações bastantes de Raul Proença, que aliás se desconhecem. E até à reunião decisiva dos dois homens na direcção da Biblioteca Nacional, em 1919, não voltaremos a encontrar textos significativos, de um lado ou do outro, que excedam o quadro das estreitas relações de amizade pessoal.

A 10 de Abril de 1917, fala Cortesão dos seus escritos dramáticos (Egas Moniz) e da guerra, dele ainda distante («Está a tornar-se interessante. Quase que já é agradável ser homem»), para, a 11 de Maio de 1918, já convaléscente, confidenciar: «Tenho muito que lhe contar, mas só de viva voz porque agora as minhas forças ainda são muito poucas».

SOB O SIGNO DA BIBLIOTECA NACIONAL



1919-1926: Novo ciclo de correspondência se abre, agrupando 44 missivas de Cortesão e apenas 5 de Proença. Distorção enorme, e até insuspeitável, dada a aparente proximidade dos correspondentes. A justificação encontra-se, todavia, nas frequentes deslocações de Cortesão, como nas suas prolongadas estadias para tratamento em S. João do Campo.

Ciclo da Biblioteca Nacional e também da «Seara Nova». Mas o que amiúde se tem lido apenas de um dos lados, merece passar a sê-lo dos dois. Isto é: todas as abordagens do Grupo da Seara Nova, tendo sido historicizadas como se esta houvesse surgido do chamado «Grupo da Biblioteca Nacional» — visão a que o próprio autor de *O Infante de Sagres* emprestou alguma autoridade no célebre «Prefácio a modo de memórias» — correm o risco de enevoar, e até promiscuir, distintas preocupações de intervenção, política e cultural, de conteúdos também distintos. Certo que se condicionam, e, em não poucos momentos, se confundem. Mas a situação dos agentes, o elemento subjectivo dos movimentos, é diverso, como diversas são as suas posições enquanto interventores na vida cultural e política portuguesas no septénio respectivo. Um testemunho eloquente — aliás documento único — dessa confusão encontra-se no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional. Trata-se de um «ofício» de Jaime

Cortesão assinando «O Director», dirigido ao gerente da revista *Les Temps Nouveaux*, em 5 de Março de 1921, em nome de uma revista em organização *Seara Nova*. Ei-lo:

Paris (6^e)

Rue du Four 10.

Mr. Le Gérant de la Revue «Les Temps Nouveaux»

Lisbonne, le 5 Mars 1921

Monsieur,

Ci-inclus j'ai le plaisir de vous envoyer un cheque de Frs. 25 contribuant ainsi a la publication du numero special des Temps Nouveaux consacré à Pierre Kropotkine. Cette somme vous est remise au nom d'une revue en voie d'organisation Seara Nova formée par un grupe d'intellectuels portugais.

Vous aurez la bonté d'envoyer le n.º en mon nom Dr. Jaime Cortesão, Revista «Seara Nova» Biblioteca Nacional de Lisboa.

Veillez accepter, monsieur, l'expression de mes sentiments distingués

Le Directeur:

(Ass.:) Jaime Cortesão

Deixando em aberto o que o próprio conteúdo do «ofício» revela — nebulosa reminiscência do juvenil anarquismo de Cortesão e Proença — é patente o equívoco, entre o exercício da função de director da Biblioteca Nacional e a qualidade de fundador da revista, em que o «poeta» dos Descobrimientos Portugueses incorre. Que esse, como aliás outros equívocos de Cortesão, nos não sirvam hoje, porém, de incompreensão e desculpa interpretativas.

Retomemos a sequência dos acontecimentos, aceitando sempre como pretexto as cartas arquivadas. É verdadeira a sugestão cruzada dos dois nomes — de Cortesão e de Proença — para o lugar de director da Biblioteca. Embora se não encontre a carta deste último apontando ao autor de *Egas Moniz* as razões porque declina a indigitação, guarda-se o telegrama e a carta subsequente de Cortesão, aceitando o convite. O telegrama, datado de 17 de Março de 1919, diz apenas: «Se não aceita podem sugerir. Escrevo.» A carta, também daquele dia, esclarece:

«Só ontem recebi a sua carta, que muito lhe agradeço. Respondi logo num telegrama com o seguinte: «Se não aceita, podem insinuar [sic]. Escrevo. «Eu tinha lido há dias num jornal que, em virtude da sindicância feita, talvez fosse demitido o Fidelino. Vi logo o caso como

muito provável e pensei... no meu Amigo. Decerto me passou pela cabeça a conveniência do lugar para mim. Afastei-a desde logo porque ninguém tinha mais direitos que o Proença. A única pessoa a quem falei no caso, mas neste tom, foi ao Álvaro Pinto. Para aí nem palavra. Hoje a sua carta põe o problema em termos novos. Creio que a sua resolução de não aceitar o cargo, ainda em caso de oferecimento, não foi tomada de ânimo leve. Nessas condições, aceito da melhor vontade o seu oferecimento [...] ¹⁴

Jaime Cortesão tomará posse como director da Biblioteca Nacional — essa «franciscana instituição» como insinuará no relatório do ano seguinte — no dia 6 de Maio, secundado por Raul Proença, Chefe da Divisão de Serviços Técnicos, a 17. A 10 do mesmo mês, era publicado na folha oficial o decreto contendo a nova Lei Orgânica da Biblioteca e, finalmente, a 26 de Julho, outro que aprovava o respectivo regulamento. Ideias e homens novos presidiam agora aos destinos do velho convento de S. Francisco da Cidade.

A intervenção cultural — profundíssima na transformação das ideias, dos agentes, dos métodos de trabalho — dirigida por Cortesão e Proença na Biblioteca Nacional, encontra-se ainda por historiar e, com essa compreensão, posta em devido relevo: algumas das suas realizações são mesmo mal conhecidas. A edição dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, a reedição, em fac-símile ou reimpressão, de cimélios, a construção do canon das primeiras regras portuguesas de catalogação, o enriquecimento dos fundos manuscritos e impressos, a vulgarização da técnica biblioteconómica, o incentivo à leitura, etc., etc., são apenas epígrafes do labor quotidiano que as amassou e, no meio de inúmeros escolhos e dificuldades, legou à posteridade.

A correspondência reflecte parte do que foram aquelas dificuldades e de como Proença assumiu de facto, na gestão da Biblioteca, uma posição muito para além do que a sua qualidade de Chefe da Divisão dos Serviços Técnicos fazia esperar. As suas 5 cartas estão datadas de 3 e 8 de Setembro de 1920, 17 de Agosto de 1921, 4 de Outubro, também de 21, e 3 de Dezembro de 1925. As 4 primeiras foram escritas de Lisboa, a última de Lousã. Apenas a de 4 de Outubro de 21 toca o assunto *Seara Nova*, escassos dias antes de vir a lume o primeiro número. Das 44 cartas de Cortesão — incluído aquele telegrama e carta iniciais — na sua maior parte não datadas, 8 merecem especial referência. Apenas uma, também, toca de leve questões relativas à *Seara*.

Entre os meses de Setembro e Novembro de 1919, Cortesão acha-se digressando em missão de estudo no estrangeiro, envolvendo a compra do cancionero Colocci-Brancuti. A 12 de Outubro confia, de Florença, ao «director substituto» da Biblioteca Nacional as dificuldades encontradas:

«... De princípio os homens (os herdeiros) não queriam tratar senão sobre uma base de 500 mil liras. Por opinião do Eusébio e do Gil telefonou-se ao Ministro da Instrução para saber se desejava que abrissemos negociações naquele pé. Mas a resposta do Ministro chegou somente antes d'ontem, isto é, levou 20 dias a elaborar. Como tínhamos todo o desejo de chegar a um resultado positivo esperámos todo esse tempo.

Nesse intervalo, além de estudar Roma, Nápoles e agora Florença, consultei na Vaticana e na Biblioteca Vittorio Emanuele, em Roma, os especialistas que me pudessem informar do preço razoável a atribuir na Itália ao Cancioneiro. Os herdeiros do Monaci diziam que esses mesmos especialistas o avaliavam em 500 mil liras e mais. Tudo era intrujice. Os preços mais altos em que os avaliaram foram de 100 e 150 mil liras. Consegui assim depois de consultar uns 6 ou 7 cidadãos reduzir o preço a essa soma [...] Quanto a bibliotecas, a melhor que até agora vi é a de Madrid, que vale a pena visitar-se. A Nacional de Roma deu-me uma consolação: é em muitas coisas pior que a nossa [...] ¹⁵»

A viagem a Itália virá a ser coroada de êxito e dará ensejo a que Cortesão publique dois trabalhos. Um relatório oficial, que ficará arquivado no n.º 5 (Jan-Mar de 1921) dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, e o livro *Itália Azul*, incluindo aquela «revivida hora de demência e fogo» de Pompeia trágica, editado ainda pela Renascença Portuguesa.

O relatório da viagem ao estrangeiro é o segundo (e último) dos «relatórios oficiais» publicados pelos *Anais*. Precisamente a propósito do primeiro deles, irão trocar-se entre Cortesão e Proença algumas cartas que hoje permanecem como testemunhos do projecto cultural que ambos se propuseram (e do rigor organizativo de Proença), como da sua inquebrantável amizade.

Regressado de Itália, Cortesão demorar-se-á ainda alguns dias em S. João do Campo. A 16 de Novembro, dá conta de haver recebido carta de Lisboa trazendo novas dos trabalhos na Biblioteca. Com justo aplauso, elogia o seu novo «director» nestes termos: «Ótimo e de aplaudir às mãos cheias o desenvolvimento da tipografia que foi sempre um dos meus maiores desejos. Bela notícia a de que se imprimem as regras. Magnífico que esses fiéis entrem no caminho. Você é um grande director. E eu cá pronunciei por si o «Alea jacta est». Refere-se depois ao projecto de escrever «uma dúzia de crónicas» de viagem que compensem a exaurição em que se encontra, o que também deixaria «o tempo mais livre para me atirar como uma leão à Biblioteca, o que muito desejo». ¹⁶

Os primeiros meses de actividade da nova administração da Biblioteca foram, com efeito, leoninos e extremamente profícuos no lançamento das bases

daquele projecto comum de que o diploma orgânico — ideado por Proença — constitui o principal alicerce. Uma vista de olhos aos documentos guardados no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional permite essa conclusão e a de que cedo os pesados mecanismos da gestão pública (com seus processos burocratizantes e suas restrições orçamentais...) começaram empenhando os voos das duas águias aninhadas no cimo do convento de S. Francisco, ao Largo da Biblioteca.

No verão seguinte à viagem, mais precisamente a 15 de Agosto de 1920, uma circumspecta carta de S. João do Campo dá conta de diversas dificuldades administrativas e, embora sem perda de entusiasmo, assume um tom de muito maior realismo:

«Continuo em correspondência activa com a Biblioteca. Hoje com a sua recebi eu uma carta enorme do Macedo, aterrado e pedindo-me instruções. Diz ele que no Ministério da Instrução suspenderam todos os pagamentos de material, o que importa não recebermos mais nada dos 200 contos. Está atrapalhadíssimo por causa dos vários compromissos tomados. Também fala de vários boatos terroristas. O mês passado consegui, com grande esforço, que se recebessem os 16 contos e tal, duodécimo dos 200. E fartei-me de recomendar ao Macedo que guardasse sempre uma reserva de alguns contos em cofre. Pois daquele dinheiro e do resto só tem actualmente um conto e 400 escudos! [...] Ao Macedo faço os maiores elogios no Relatório. Também me referi largamente ao Álvaro Pinto. O meu Amigo verá e dirá de sua justiça. Quanto às opiniões do Macedo sobre os funcionários, conheço-as de sobra. O que o Macedo não conhece é o progresso geral realizado em todos os serviços da Biblioteca, o seu acréscimo de vida, factos estes que permitem esperar um desenvolvimento gradual de actividade... A uns havemos nós de corrigi-los; aos outros só a terra-mater, quando os devorar. *Mão ferme e douce* [...] Fazendo-se o balanço geral do ano findo, não podemos deixar de ter um pequeno movimento de orgulho... e de esperança em dias melhores [...]

Esta carta irá encontrar Proença também de saída, precipitada pela doença de uma das filhas (Esther). A 28 de Agosto, 13 dias depois, volta Cortesão a escrever-lhe, pedindo para receber na nova morada o célebre relatório: «Não pode ir às mãos do Dantas nem ser impresso [o relatório], sem o seu visto. Por várias razões, como direi e verá. É um trabalho longo e creio que de alguma utilidade. É mesmo o único verdadeiro trabalho que tenho feito até agora. Está pronto. Espero apenas a sua resposta.»¹⁸ Tal carta não chegaria, porém, logo às mãos do Chefe da Divisão dos Serviços Técnicos. Entre 10 de

Agosto e 3 de Setembro, seria a vez de Pedro de Azevedo assinar como «director substituto».

A 3 de Setembro de 1920, reassumindo funções, Proença irá criticar duramente, e por extenso, a «pândega pegada» a que a Biblioteca havia chegado na sua ausência: «Encontrei tudo na maior desordem [...] Digo-lhe francamente, meu caro Cortesão, que ou toda essa gente entra na ordem, ou eu mando à fava a Biblioteca. E se você me der força, eu meto-a na ordem». Verbera depois, alguns distintos funcionários superiores (Aquilino incluído) apontando o mal: «É preciso não manter situações de privilégio. É contra os nossos princípios e é contra as vantagens da Biblioteca. Há muito tempo que duram os processos mansos e conciliatórios, sem resultado apreciável; experimentemos os outros. Temos forçosamente de os experimentar, sob pena de o pessoal menor ter o legítimo direito de nos apedrejar na rua». Declara, por fim, não ter recebido ainda o relatório, em que deposita grandes esperanças, «sobretudo se fizer sentir bem nitidamente que está indignado com o pessoal superior por ele o não auxiliar da mesma forma que o faz o pessoal menor e subalterno». ²⁰

No mesmo dia, enviará Cortesão para Lisboa o relatório, com a recomendação de que Proença o leia com atenção: «Não esqueço, ao enviar-lho, nem a sua qualidade de grande amigo, nem a de Chefe dos Serviços Técnicos. Ponha, pois, na leitura, tanto a sua amizade como a sua competência [...] O meu amigo fica com carta branca para anotar-lhe o que entender.» ²¹ Não havia recebido então a carta em que o seu «competente amigo» exautorava o pessoal superior da Biblioteca, carta que só chegaria a S. João do Campo no dia 6, seguida de um telegrama, infelizmente perdido, a 7. Nesse mesmo dia, se apressa a responder, não escondendo ferida a sua susceptibilidade. Começa por uma referência à crítica do relatório, contida decerto no telegrama desaparecido: «Muito ordinário deve ser o relatório para que depois de escrito se corrija à podôa. Não caberá nos seus Anais, e num único número, desque [sic] se componha no tipo mais miúdo que lá houver? Não vejo maneira de o desbastar tanto que se possa reduzir a metade. Peça-lhe que me diga antes de mais nada quais as largas passagens que devem ser degoladas.» Quanto à ameaça de Proença de «mandar à fava» a Biblioteca, responde em tom bem mais grave: «Quanto à hipótese anunciada da sua saída da Biblioteca ela é, antes de mais nada, um atestado da minha inutilidade como Director [...] Tenho na maior conta a sua inteligência e a sua honestidade. De maneira que, se continuar a confirmar-se as minhas suspeitas de insuficiência espero que, pelo menos, o meu amigo não saia antes de mim.» ²²

Caberá desta vez a Proença «deitar água na fervura» trazendo à primeira linha a desculpa que o próprio Cortesão havia adiantado anos antes: a «susceptibilidade dos poetas»:

«Se eu não soubesse o que eram Poetas, ou se fosse Poeta também, a sua carta escandalizava-me. Felizmente sei como os Poetas são susceptíveis, ainda que nos peçam a rude franqueza e a sinceridade absoluta... [...] Como amigo e como chefe da Divisão de Serviços Técnicos tinha a dizer-lhe sobre o relatório:

1.º Que achava que ele compendia inteiramente bem e de uma maneira feliz, por vezes com grande eloquência, todo o movimento da Biblioteca nos últimos tempos;

2.º Que havia apenas estes senões no Relatório:

a) umas pequenas inexactidões de detalhe;

b) uma grande extensão. Dá 18 páginas, o que exigiria ou a sua bipartição ou a sua redução para o meu amigo ser lido com atenção;

c) a falta de censura expressa a todos os bibliotecários e empregados superiores (isto sem menção dos seus nomes) que não têm acompanhado, nem ao menos com a sua simpatia, a renovação da Biblioteca.

Como *amigo* lhe pedia para reduzir ou decompor o seu trabalho, pois entendia prestar-lhe assim um serviço; entendo, continuo entendendo (pois ponho a minha amizade por si muito acima das suas responsabilidades) que havia toda a vantagem em reduzir o tamanho do relatório. E as suas considerações são que «muito ordinário deve ser o relatório que tenha de publicar-se em folhetins com 3 meses de intervalo ou para que, depois de escrito, se corrija à podôa.» À podôa, nem menos...

Como chefe da D.S.T. tinha a pedir-lhe, para bem dos serviços e satisfação da justiça, que fizesse expressa condenação dos miseráveis que aqui não fazem senão pôr estorvos à nossa obra e escarnecer dela. Entendo que ser desigual é a mais imperativa obrigação dos superiores. Não basta o silêncio; julguei que era preciso menção expressa dos factos.

Errei? Assim parece. [...]

Não, a hipótese da minha saída não é um atestado da sua inutilidade como director. O meu amigo tem feito pela Biblioteca o que ninguém ainda fez. A hipótese da minha saída, o mais que poderia ser (e isto já era o máximo) seria um atestado de discordância de vistas quanto aos meios a empregar para pôr a Biblioteca na ordem. Eu estou em absoluta discordância consigo quanto à questão de que o que o berço dá, a cova o leva, etc., e as lentidões de provimento reveladas no seu relatório. Entendo, pois, que já há mais de um ano que estamos *governando*, que já é tempo de os funcionários superiores darem exemplos aos inferiores. O meu amigo julga que não há nada a fazer, ou que só é possível minorar um pouco esse mal. Eu julgo que é preciso fazê-los

entrar na ordem *bruscamente, de um dia para o outro*, se tanto fôr preciso. A grande revolução a fazer em Portugal é uma revolução brusca; de outra maneira morremos!» [...] ²³

A 10 de Setembro, Cortesão responde ao seu «filósofo amigo» a carta que encerra a polémica do relatório. Trata-se de um documento humano importante, que bem pondera a superior amizade dos dois intelectuais, a um ano de distância de empreenderem nova cruzada cívica, que nas páginas da *Seara Nova* registará alguns dos momentos mais altos do combate pela democracia na conturbada primeira República portuguesa:

«Ainda bem que o meu Amigo sabe o que são Poetas. Resta-lhe apenas saber o que são filósofos. Façamos, pois, este pequeno serviço de nos mostrarmos o espelho socrático.

Há uma coisa que os homens raramente dizem, e com sinceridade: que erraram.

Ora bem: eu vou fazer um esforço sobre mim e dizer-lhe: errei. De facto liguei demasiada importância a um relatório para que o seu telegrama me desencadeasse aquela carta. Susceptibilidades de Poeta. Excesso de sensibilidade, que no homem remontam ao tempo em que ele tinha todas as costelas. *Mea culpa*.

Mas o meu Amigo diz: «Errei? Assim parece.» Ironia de quem desconhece o erro. Com efeito errou. E eu lhe digo porquê. Agora vão os Filósofos. O meu Amigo vive tão excessivamente com as ideias que se esquece dos homens. Ainda quando eles sejam dos seus melhores amigos. Escreveu-me uma carta em que, secamente, hirtamente, friamente me diz estar resolvido a mandar a Biblioteca à fava, etc. . . . parecendo esquecer de todo que a sua saída implicaria a minha e ainda um *désavouement* implícito à conduta do seu amigo. Parecendo esquecer também que eu estou inteiramente ligado a si dentro da Biblioteca e que tenho procurado sempre proceder de harmonia consigo e inspirar-me nas suas opiniões. Estas coisas não se dizem assim a um amigo, sem contemplação, sem atender ao que essa forma envolve, muito mais quando esse amigo . . . é um pobre Poeta.

Claro: fiquei chocado e a fazer com os meus botões algumas considerações que me eram desagradáveis. Não contente com isto, a uma carta em que transluz a convicção de que o meu relatório pode ser útil e sonho para ele até as honras de uma separata, o meu Amigo responde com um telegrama, com todos os diabos!, um tudo nadinha desdenhoso, isto é, suspende sobre o relatório a cortadora espada de Alexandre, quando, positivamente, não se tratava da conquista da Ásia. Em resumo: securas de Filósofo. Abstrações dos Espíritos muito altos,

tanto que chegam a perder de vistas os homens. O meu Amigo pecou por falta e eu por demasia. Resta-me a consolação de ter sido o segundo no pecado. E hoje a outra de ver que acordei em si a Amizade, essa pequena humanidade, que o prosseguimento da ideia lhe fizera esquecer um pouco [...]»²⁴

Onze dias antes de sair do prelo a *Seara Nova* (15 de Outubro de 1921), Raul Proença, ideando já o respectivo editorial, escreve a Cortesão outra carta em tudo reveladora do seu papel de «clerc» comprometido na defesa daquele «Evangelho de uma acção idealista no mundo real» que constituirá, anos mais tarde, a sua obra-prima de intervenção em prol da democracia. Ali pergunta: «Qual deve ser a atitude espiritual, jornalística, social e profissional mais consentânea com as necessidades actuais, e que é absolutamente preciso tomar para ficarmos abaixo das nossas esperanças e das nossas responsabilidades?»²⁵ Até ao dia em que a sua voz deixar de ouvir-se nas páginas da *Seara*, não soará outra interrogação que melhor interpele o seu ideário. E disso ficou tributário Jaime Cortesão, como tantos outros. Algum tempo depois, aliás, o próprio Poeta confessá-lo-á, implicitamente, ao autor do *Evangelho*: «Recebi há tempos uma carta do António Sérgio que remeto juntamente com esta. É para ler e dizer da sua justiça. Creio que após a atitude clara que a *Seara* pela sua pena tomou em relação à filarmónica da Cruzada, não seria airoso para nós nem para o Sérgio tomar parte nela. O que ele necessita antes de mais nada é de ler a sua prosa da *Seara* e dos *Anais*.»²⁶

Do ciclo da Biblioteca e da *Seara* não restam outros testemunhos que contribuam decisivamente para a inteligência das estreitas relações estabelecidas entre os dois combatentes cívicos que, lado a lado, verão um dia desmonorar-se o débil edifício da democracia parlamentar por que haviam desde tão cedo pugnado.

SOB O SIGNO DA OPOSIÇÃO À DITADURA



1927, Fevereiro, 7: «O movimento revolucionário, que há 4 dias eclodiu no Porto, sujeitando a heróica cidade à mais trágica provação da sua história de povo estruturalmente amante da Liberdade, acaba de ter a sua repercussão em Lisboa. Era esperado este acontecimento. O povo português — atestam-no dolorosamente tantos exemplos, verificados desde os últimos anos

da monarquia — não aceita passivamente o regime das ditaduras. A República surgiu em Portugal com um carácter profundamente democrático. Quando a democracia, no bom sentido da palavra, desaparece ou sofre uma solução de continuidade, o espírito público português reage. Foi o que sucedeu agora mais uma vez e oxalá que a lição aproveite, para o bem de todos, aos que saírem triunfantes da luta que se está travando.»²⁷

Desde Novembro de 1926 que Cortesão e Proença se acham afastados da Biblioteca Nacional, não sem manterem viva a esperança de regressar de novo, restabelecida que seja a República.²⁸ O golpe de estado de 28 de Maio havia provocado resposta imediata da *Seara*, pela mão do próprio Chefe da Divisão de Serviços Técnicos. Mas o tempo passou, a censura prévia foi instituída e o combate mudou de quartel.

É o ciclo da Oposição à ditadura e do Exílio que se inicia, arquivando 14 cartas de Jaime Cortesão e apenas 2 de Raul Proença. Tempos difíceis, esses, em que à perseguição dos novos inquisidores se vem juntar a agressão do desterro, a penúria económica, a angústia diária na expectativa de uma revolução que não chega. Os dois amigos manter-se-ão fieis opositores à ditadura até à morte, Proença, prematuramente em 1941; Cortesão em 1960. A sua saída de Portugal verifica-se logo após a malograda tentativa revolucionária de Fevereiro de 1927, primeiro para Espanha, depois para França. Já no Verão desse ano se reencontram em Paris, no meio de tantos outros emigrados políticos, Bernardino Machado, Afonso Costa, António Sérgio, Santiago Prezado, Rodrigues Miguéis, Pina de Moraes, incluídos. Aí os vemos participar activamente na «Liga de Defesa da República», propagando o combate ao regime dos novos mandarins de Lisboa, e trabalhar juntos naquele que vai ser o seu ganha pão: a versão francesa do *Guia de Portugal*. Cortesão deixará assinado nas actas da *Comissão de Unidade* o seu nome, representando a Liga (de Paris, como ficará conhecida); Proença redigirá para ela um dos seus mais notáveis panfletos, justamente intitulado «La lutte pour la liberté au Portugal: sa portée universelle. Ce que veulent les libéraux portugais»²⁹

Em 1928, Proença entrega-se de corpo e alma à tradução do *Guia* para a qual Cortesão aprontará uma introdução histórica. E uma vez mais, deposita nas mãos do amigo — tal como fizera para o relatório do primeiro ano de direcção na Biblioteca Nacional — a revisão do texto, a que o editor põe objecções: «Para se fazer uma síntese clara de tão vasto assunto em meia dúzia de páginas é necessário possuir suficientemente a língua, o que me não acontece (. . .) Sugiro-lhe duas soluções para o problema: pôr o trabalho de parte (inteiramente, encarregando outrém de fazer outro *Aperçu*). Não tema, se esta for a melhor solução para o caso, pelo meu amor próprio (. . .)» Em alternativa, sugere que o texto seja redigido de novo sobre o seu original, caso em que se dispõe a receber o preço deduzido daquele valor. Mas adverte: «. . . neste caso, o meu nome continuaria a figurar como autor, pois há até uma concepção da

história pátria cuja autoria em muitas das suas linhas gerais reivindico para mim.»³⁰

O *aperçu historique* será publicado em seu nome, tal como em 1930 este aparecerá ligado a uma comunicação apresentada na Exposição Internacional de Antuérpia com o título de *L'Expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation*. Cortesão achar-se-á doravante entre os consagrados historiadores das coisas portuguesas.

Mas naquele mesmo ano de 1930, publica a *Seara Nova*, no seu n.º 224, datado de 30 de Outubro, a célebre carta a Câmara Reis, assinada por António Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Proença, com o título de *A Seara Nova e o conceito de Revolução*. A tomada de posição originara-se nos artigos de Rodrigues Miguéis publicados a 18 de Setembro e 2 de Outubro. Da polémica existe reflexo em dois bilhetes de Cortesão a Proença. O desagravo pretendido pelo autor dos *Ensaíos* constitui o eixo das preocupações: «Mau grado a impertinente inconveniência do Miguéis, acho o artigo do Sérgio, descomedido, atrabiliário, inconveniente. Verdadeiro no fundo, peca pela forma. Há em nome dele e da *Seara* que evitar a sua publicação, tal qual.» E depois: «Quando o Sérgio me leu a carta ou antes resposta ao Miguéis, escrevi ao Casimiro para providenciar no sentido das provas serem enviadas ao autor, na esperança de que este até esse momento reflectisse sobre a gravidade do escrito (. . .) A este com certeza que a minha carta desgostou, pois nunca me escreveu ou disse palavra sobre ela.»³¹ O reexame do conceito de revolução feito pelos «históricos» seareiros levará tempo a encerrar-se — se é que jamais o foi — esperando ainda hoje a prova serena e a interpretação conclusiva. A própria emergência (e imergência) da Revolução em Portugal impunha-o então, como hoje.

Na véspera de Proença ser internado na clínica parisiense onde lhe será diagnosticada a «esquizofrenia com episódios paranóicos e tendências autodestrutivas» (9 de Novembro de 1931), dirigir-lhe-á Cortesão a última carta do seu exílio em Espanha.³² Estranha coincidência: Uma das mais veementes e aflitivas missivas do homiziado historiador dos *Descobrimientos Portugueses*, não encontrará o destinatário. Como se os fados houvessem querido poupar-lhe mais essa angústia, esse amargo sabor de encontrar vilipendiado o amigo e companheiro de luta.

Em 1939, dois anos antes do fim, Proença recupera subitamente do torpor para que o *breakdown* do exílio (como lhe chamará Miguéis, tantos anos depois³³) o havia conduzido. Volta, então, a escrever. No seu apego à vida, àquele mundo real de que falava no *Evangelho*, encontra tempo para retomar os trabalhos do 3.º vol. do *Guia*. A 1 de Outubro, em Évora, relembra ao seu amigo historiador e «Poeta» a prometida colaboração:

«— Exílio cá, exílio lá.

Há longos anos que me andam a tratar, e mal por vezes ou quase

sempre — mal e creio que errado: portanto nos dois sentidos mal. E você, dizem que anda a ser tratado mal em Barcelona, em Paris — por causa da guerra, que você parece levar nas solas dos sapatos, no que se parece um pouco com Átila. Vamos ao que importa: trata-se do 3.º volume do famigerado *Guia de Portugal*, que, parece, vai ser publicado; em edição ainda da Biblioteca. Ouvidos o Sérgio e o Câmara Reis, julguei que podia aceitar, sem menoscabo da minha pessoa e da minha inteligência doutrinária (que também parece, infelizmente, ser a minha doença), prosseguir essa obra contanto que tal não implicasse adesão alguma ao regime (aliás nem sequer em tal me falaram) e ficasse com pulso livre na colaboração [...]»³⁴

Preso no forte de Peniche, Cortesão congratula-se com a revivescência do panfletário da democracia, acede, e tranquiliza-o. Em resposta a outra carta, hoje também desaparecida, reafirma-lhe a sua amizade e a inabalável fé na Liberdade de que não disfruta: «Ao regressar à Pátria, na ressaca dos trágicos acontecimentos internacionais, sentia a urgência de ir vê-lo aí ou alhures para abraçá-lo e conversarmos. Não o quiseram os Fados que implacavelmente me perseguem. Algum dia será, sou dos que sabem esperar. Em resposta à sua carta, quero sem tardar tranquilizá-lo sobre as minhas convicções políticas de hoje. Continuam a ser integralmente as mesmas, que estabeleceram entre nós uma tão estreita solidariedade moral e intelectual. Tranquelize-se. Cada vez sinto mais que em afirmar a minha fé antiga está o meu dever de homem e de escritor. O contrário é pecar contra o Espírito, abjurar de Deus até onde o móbil universal pode misturar-se à nossa profissão e sacrá-la.»³⁵

Em Peniche, Jaime Cortesão não ficou inactivo. Escreveu e leccionou. Mas tudo lhe escasseava. Livros, papéis, o próprio ar que cá fora se respirava. E o *Guia de Portugal* contou apenas com o seu silêncio. A 16 de Agosto, pouco tempo antes de partir para o derradeiro exílio, escreve a Proença a última carta. Pede desculpa pela ausência de notícias e ironiza deste modo a disposição do amigo em visitá-lo: «Quanto às visitas aqui, desde que não sejam de pessoas de família em 1.º grau, têm que ser autorizadas pela direcção da polícia, em Lisboa, rua António Maria Cardoso. E, como sabe, sou a pessoa menos qualificada para obter a excepção à regra. Ao qual me dizem, tenho péssima fama naquela direcção.»³⁶ No dia imediato, Proença escreve também a sua última carta ao «susceptível» amigo. Não ironiza. As suas palavras, a sua situação, a sua própria vida, são a ironia: «Eu recorria à direcção da polícia, para o visitar, mas devia ver o meu amigo nessa visita algum interesse. Para nos vermos apenas, talvez não valha a pena tal recurso. Não estará longe talvez o dia em que nos tornemos a encontrar. O meu Amigo diz que tem péssima fama na direcção da polícia. Pois de mim se diz que tenho óptima fama em

muitos departamentos do Estado. E sofre da grosseria e da insolência desses meliantes que têm andado em roda de mim, aqui e lá fora a vomitar o seu vômito negro pela forma de pensar, de sentir, de existir. É paradoxal.»³⁷

A 22 de Maio de 1941, Câmara Reis pronuncia, no cemitério do Alto de S. João em Lisboa, o elogio histórico de Raul Sangreman Proença. Ausente Jaime Cortesão, «banido» no Brasil.

Trinta anos depois...

NOTAS

¹ Jaime Cortesão, *carta*, 1911 Fev. 6, a Raul Proença. B.N. Esp. E7/514. É de difícil leitura a data desta missiva: 6 ou 10 de Fevereiro. A notícia a que no texto se alude é, porém, do dia 5. Daí a preferência atribuída ao dia 6, dia imediato ao da notícia.

² As cartas de Jaime Cortesão guardam-se hoje na Biblioteca Nacional, compondo parte do espólio de Raul Proença. Aí se encontram debaixo das cotas Esp. E7/514 a 595, incluindo alguns fragmentos que no texto não foram contados. O conhecimento das cartas de Raul Proença a Cortesão, deve-se à gentileza da Senhora D.^ª Carolina Cortesão e de sua filha, Maria da Saudade Cortesão, que facultaram o acesso ao espólio do poeta historiador, ainda em posse da família.

³ Biblioteca Nacional, *Jaime Cortesão-Raul Proença: Catálogo da Exposição Comemorativa do primeiro Centenário*, Lisboa, 1985, p. 277. A propósito desta carta permito-me remeter o leitor para o artigo publicado no *Diário de Lisboa* de 5 de Dezembro de 1984, p. 3, onde se dá notícia das circunstâncias que a produziram.

⁴ Jaime Cortesão, *carta*, 1911 Ago. 10, a Raul Proença. Esp. E7/516.

⁵ Jaime Cortesão, *carta* 1911 Ago 22, a Raul Proença. Esp. E7/521. «Os outros dois» eram Reis Santos e José de Magalhães, como se depreende da carta de 10 de Agosto atrás citada. Leonardo e Cristiano são, obviamente, Leonardo Coimbra e Cristiano de Carvalho.

⁶ Jaime Cortesão, *cartas*, 1911 Set. 1 e 23, a Raul Proença. Esp. E7/517 e 518.

⁷ Raul Proença, *carta*, s.d., a Jaime Cortesão. Espólio Jaime Cortesão.

⁸ Raul Proença, *carta*, s.d., a Jaime Cortesão. Idem.

⁹ Tal programa acha-se impresso no Boletim da Renascença Portuguesa, *A Vida Portuguesa*, n.º 22, 10 de Fevereiro 1914, p. 10 e 11.

¹⁰ O manifesto-programa de Raul Proença a que, na carta de 23 de Setembro, Cortesão chama «artigo», foi também publicado naquele número da *Vida Portuguesa*, p. 11 e 12. Recentemente, o poeta José Carlos Gonzalez pôs em confronto os dois textos, em artigo também publicado no *Diário de Lisboa*, de 6 de Fevereiro de 1985. Sobre a posição concorde de António Sérgio e toda a polémica contra o saudosismo, escreveu também recentemente Maria José Marinho, numa série de três artigos, ainda no *Diário de Lisboa*, a 15 e 20 de Fevereiro a 9 de Março de 1985.

¹¹ Raul Proença, *Réplica ao Inquérito Literário de Boavida Portugal*, in *República*, A.2 (600) de 13 Set. 1912, p. 1.

¹² Jaime Cortesão, *carta*, s.d., a Raul Proença. Esp. E7/580.

¹³ Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (A.H.B.N.), 634-694 A

¹⁴ Jaime Cortesão, *carta*, 1919 Mar. 17, a Raul Proença. Esp. E7/589. No relatório do Director da Biblioteca Nacional, publicado no n.º 3, vol. 1, Jul-Set. de 1920 dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Cortesão refere-se também a esta «troca de galhardetes» com Proença.

- ¹⁵ Jaime Cortesão, *carta*, 1919 Out. 12, a Raul Proença. Esp. E7/530.
- ¹⁶ Jaime Cortesão, *carta*, [1919] Nov. 16, a Raul Proença. Esp. E7/588.
- ¹⁷ Jaime Cortesão, *carta*, [1920] Ago. 15, a Raul Proença. Esp. E7/551. «Macedo», António Augusto Ferreira de Macedo, então chefe dos Serviços Administrativos da B.N., em substituição de «Álvaro», naturalmente Álvaro Pinto.
- ¹⁸ Jaime Cortesão, *carta*, [1920] Ago. 28, a Raul Proença. Esp. E7/578. Júlio Dantas era, então, o Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos.
- ¹⁹ A.H.B.N./634-432 e 634-445.
- ²⁰ Raul Proença, *carta*, 1920 Set. 3, a Jaime Cortesão. Espólio Jaime Cortesão.
- ²¹ Jaime Cortesão, *carta*, [1920] Set. 3, a Raul Proença. Esp. E7/547.
- ²² Jaime Cortesão, *carta*, [1920] Set. 7, a Raul Proença. Esp. E7/549.
- ²³ Raul Proença *carta*, [1920] Set. 8, a Jaime Cortesão. Espólio Jaime Cortesão.
- ²⁴ Jaime Cortesão, *carta*, [1920] Set. 10, a Raul Proença. Esp. E7/543.
- ²⁵ Raul Proença, *carta*, 1921 Out. 4, a Jaime Cortesão. Espólio Jaime Cortesão.
- ²⁶ Jaime Cortesão, *carta*, s.d. a Raul Proença, Esp. E7/582.
- ²⁷ *Diário de Notícias*, Lisboa, A.63. Suplemento ao n.º 21 925 de 7 de Fevereiro de 1927.
- ²⁸ Raul Proença redige o primeiro *Panfleto* contra a ditadura nas noites de 10 a 20 de Novembro de 1926. A sua última assinatura no livro do ponto do pessoal superior da B.N. é de 4 de Dezembro desse ano. O último ofício de Cortesão, na qualidade de Director é de 29 de Novembro. A.H.B.N./262 e 637-2259, respectivamente.
- ²⁹ A.H. de Oliveira Marques, *A Unidade da Oposição à Ditadura: 1928-1931*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1973, onde se publicam as actas de que Jaime Cortesão foi signatário. Do manifesto-panfleto redigido por Proença, foi recentemente publicada a tradução (também do poeta José Carlos Gonzalez) no Catálogo da Exposição de Centenário dos dois escritores, atrás citado, p. 264.
- ³⁰ Jaime Cortesão, *carta*, s.d. a Raul Proença. Esp. E7/560.
- ³¹ Jaime Cortesão, *cartas*, s.d. a Raul Proença. Esp. E7/542 e 564.
- ³² Jaime Cortesão, *carta*, 1931 Nov. 8, a Raul Proença. Esp. E7/546.
- ³³ José Rodrigues Miguéis, *Uma flor na campã de Raul Proença*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, primeiro publicado no *Diário Popular* por iniciativa de Jacinto Baptista. Sobre o «súbito» reaparecimento de Proença nas letras, V. Santana Dionísio, *A Hipótese do Eterno Retorno*, Lisboa, Seara Nova, 1946.
- ³⁴ Raul Proença, *carta*, 1939 Out. 1, a Jaime Cortesão, Espólio Jaime Cortesão. A carta foi publicada na íntegra no Catálogo da Exposição citado nas notas 3 e 29, p. 292.
- ³⁵ Jaime Cortesão, *carta*, 1940 Jul. 14, a Raul Proença. Esp. E7/557. Note-se que esta carta foi escrita menos de um mês depois de Cortesão regressar a Portugal (28 de Junho).
- ³⁶ Jaime Cortesão, *carta*, 1940, Ago. 16, a Raul Proença. Esp. E7/558.
- ³⁷ Raul Proença, *carta*, 1940 Ago. 17, a Jaime Cortesão. Espólio Jaime Cortesão.